



Gerardo Magela/Senado Federal



Comissão aprova candidatura avulsa

Regras atuais sobre fidelidade partidária e domicílio eleitoral foram mantidas pelo colegiado que discute a reforma política

A Comissão de Reforma Política aprovou a possibilidade de registro de candidatos a prefeito e vereador sem vínculo

partidário. Trabalhos encerram-se hoje com exame de duas questões: consulta popular sobre o sistema eleitoral e cotas para candidatas. **3**

Requião, entre Marisa Serrano (E) e Ana de Hollanda, preside audiência pública na Comissão de Educação

CE pede fim da centralização da cultura

Os senadores da CE pediram ontem à ministra Ana de Hollanda, em audiência pública, a descentralização da cultura no Brasil. Após defender ação conjunta com os parlamentares na aprovação de

novas leis de incentivo, a ministra admitiu que a oferta cultural ainda está muito concentrada no Sudeste. Ela também participou do lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura. **7**

Senado lança programa para modernizar gestão e cortar gastos **2**

CCT suspende análise de concessões de rádio e TV **3**

Governo planeja sete corredores de transporte **6**

José Cruz/Senado Federal



Eduardo Braga e Eunício Oliveira, na reunião da CCT: ideia é criar ambiente de insegurança para os pedófilos

Policiais vão se infiltrar na internet para caçar pedófilos

Recurso de repressão a agressor sexual – com a prévia autorização judicial a pedido da polícia ou do Ministério Público – está previsto em projeto aprovado ontem pela CCJ. **5**

Discurso de Aécio gera debate entre governo e oposição

Em discurso que provocou quase cinco horas de debates, Aécio Neves definiu a estratégia da oposição à presidente Dilma Rousseff

e realçou as diferenças entre os governos do PSDB e do PT. O senador ouviu elogios e críticas, em dezenas de apertes. **8**

Aécio Neves lembra conquistas dos governos Sarney, Fernando Henrique e Itamar Franco



Gerardo Magela/Senado Federal

Proresultados vai integrar as medidas necessárias para aperfeiçoar a gestão administrativa e fixar critérios claros para avaliar desempenho e resultados de cada setor da Casa. Sarney lembra que importante é modernizar a instituição

Senado lança programa para reduzir custos e melhorar serviços à sociedade

FOI LANÇADO ONTEM, em solenidade na Presidência, o Programa de Gestão por Resultados do Senado (Proresultados-SF), que pretende integrar as medidas necessárias ao aperfeiçoamento da gestão administrativa da Casa. A meta é reduzir custos e melhorar os serviços prestados à sociedade, aos senadores e ao público interno.

– Estamos mais uma vez inovando. O Senado não fica estacionado. Ele sempre busca se atualizar – disse Sarney, que destacou a parceria da Primeira-Secretaria, da Diretoria-Geral e da Secretaria-Geral da Mesa para a implantação do programa.

Sarney ressaltou que o objetivo do Proresultados é definir parâmetros objetivos de avaliação do desempenho e resultados dos vários setores administrativos, de forma a tornar mais eficazes as atividades do Senado.

– Não interessa o aumento



No lançamento do programa, Sarney lembrou que o Senado sempre busca se atualizar, "não fica parado"

José Sarney/Senado Federal

do número de processos des-pachados, mas a velocidade de conclusão – salientou.

A diretora-geral, Doris Peixoto, explicou que serão realizados *workshops* a partir da próxima segunda-feira com os

diretores. O ato que disciplina o programa, publicado em 31 de março, dá 45 dias para cada unidade administrativa apresentar seu plano de gestão.

Para o 1º secretário, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), a

criação do Proresultados responde aos anseios da sociedade e é um desafio para os senadores e servidores do Senado.

– Vamos fortalecer esta Casa. Valorizar aqueles que merecem ser valorizados – disse.

Lançada Frente Parlamentar Brasil-Venezuela

Na presença de vários senadores e do embaixador da Venezuela no Brasil, Maximilián Arvelaiz, foi lançada, ontem, no gabinete do senador João Pedro (PT-AM), a Frente Parlamentar Brasil-Venezuela. Ele se disse convencido do poder de uma providência como essa para estreitar os laços de amizade entre os dois países.

– É necessária a criação de uma política de entendimento para valorização de uma relação bilateral entre Brasil e Venezuela e, ao mesmo tempo, construir uma relação dos estados do Norte com os países que compõem a região Pan-Amazônica – explicou.

De acordo com Aníbal Diniz (PT-AC), o tema é recorrente entre os membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Participaram ainda do evento os senadores José Pimentel (PT-CE), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Ângela Portela (PT-RR), Marinor Brito (PSOL-PA), Randalfe Rodrigues (PSOL-AP) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Gurgacz repele exigências da OEA ao governo brasileiro

Acir Gurgacz (PDT-RO) considerou ontem como "precipitada e injustificada" a recomendação feita ao governo brasileiro pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em nome da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), para suspender a construção da usina de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.

Segundo Gurgacz, todas as exigências feitas pela OEA já foram atendidas junto às comunidades indígenas da região. Essa afirmação pode ser confirmada, segundo ele, por

relatório divulgado no site da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Gurgacz afirmou que as informações sobre o projeto foram prestadas aos povos indígenas em reuniões nas aldeias e em quatro audiências públicas nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém.

Acusando a OEA de "tentativa de ingerência" na política interna brasileira, o senador disse que a organização deveria ter se preocupado em apurar melhor as informações antes de fazer recomendações ao



Acir Gurgacz: recomendações sobre Belo Monte já foram atendidas

Genaldo Magalhães/Senado Federal

Brasil.

– É muito fácil para esses senhores virem ao Brasil dizer para desistirmos de Belo Monte, mas não serão eles que resolverão nosso problema energético.

Pedido de organização foi precipitado, diz Patriota

O ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, afirmou após encontro com o senador Itamar Franco (PPS-MG) que considera precipitado o pedido de suspensão do licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte feito pela Organização dos Estados Americanos (OEA). A declaração reitera avaliação que o Itamaraty já havia manifestado em nota.

Patriota disse que fez uma visita de cortesia ao senador, lembrando que trabalhou na assessoria diplomática de Itamar quando este era presidente da República.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA recomendou a suspensão das obras no início desta semana. Um dos principais argumentos é que a hidrelétrica – a ser construída no rio Xingu, no Pará – pode prejudicar comunidades indígenas da região. Por isso, o OEA pede que essas comunidades sejam ouvidas (de forma "prévia, livre, informada, de boa-fé e culturalmente adequada") e tenham acesso aos estudos sobre os impactos da obra. Em nota divulgada na terça-feira, o Itamaraty considerou as solicitações da OEA "precipitadas e injustificáveis".

– O Brasil dá exemplo na área ambiental e no que diz respeito aos direitos indígenas. Ao não reconhecer esse esforço, a decisão da OEA acaba sendo um desestímulo – disse o ministro Patriota.

Sarney: recomendação tem caráter político

"Acho que a Organização dos Estados Americanos tomou uma decisão de natureza política sem ver os aspectos técnicos que cercam o problema de Belo Monte", afirmou o presidente do Senado, José Sarney, dizendo estar perplexo com a recomendação feita pela OEA de suspensão do processo de licenciamento das obras da usina no Pará. Sarney defende que o Brasil se posicione de forma a "mostrar que as decisões do país não são aleatórias".

– É uma decisão técnica que levou tantos anos, envolveu tantos setores e o Brasil tem uma experiência em hidrelétrica que é exemplo no mundo inteiro – destacou.

A OEA cobrou a suspensão do processo de licenciamento e deu prazo de 15 dias para adoção, pelo governo brasileiro, de medidas para proteção dos povos indígenas do Xingu. A decisão da entidade foi uma resposta a denúncia encaminhada à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), em novembro de 2010, por comunidades tradicionais da região e entidades como Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coaiab), Movimento Xingu Vivo Para Sempre e Conselho Indígena Missionário.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 20h de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão deliberativa

14h O primeiro item da pauta da sessão deliberativa é o projeto de decreto legislativo do Senado (PDS 105/11) que aprova a programação monetária para o terceiro trimestre de 2010.

Presidência Reunião da Mesa do Senado

10h José Sarney participa de reunião da Mesa do Senado; às 11h, no Palácio do Planalto, participa de cerimônia do programa Microempreendedor Individual: Formalização e Proteção Social, que inscreveu 1 milhão de empreendedores; às 16h, recebe o presidente da Câmara dos Deputados da Austrália, Harry Jenkins.

CRA Apoio a produtores de citros

8h30 Projeto que autoriza o Executivo a criar o Programa de Apoio a Pequenos e Médios Produtores de Citros consta da pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Também na pauta requerimento para realização de audiência pública para debater a reforma agrária e a questão fundiária no país.

CDH Foco nas obras do PAC

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa examina requerimento para realização de audiência pública sobre a exploração de trabalhadores em obras do PAC, especificamente nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que integram o complexo hidrelétrico do rio Madeira.

CI Construção do trem-bala em exame

9h Entre os sete requerimentos a serem examinados pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, está o que pede a realização de audiência pública para esclarecimentos sobre a construção do trem-bala.

Subcomissão Aumento do uso de crack

9h30 A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Alcool, Crack e outras Drogas debate a disseminação do uso do crack com os ministros do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, da Casa Civil, Antonio Palocci, e da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário.

CRE Sete novos embaixadores

10h Sete mensagens do Executivo indicando embaixadores para Romênia, Guiné Equatorial, Principado de Mônaco, Zâmbia, Estônia, Maldivas e Reino do Butão estão na pauta da Comissão de Relações Exteriores.

Reforma Consulta popular e política de cotas

14h Reunião da Comissão de Reforma Política para debater os temas consulta popular e cotas para mulheres.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

CCT suspende votações de licença para emissoras de rádio e TV

Estão suspensas todas as votações de autorização ou renovação de licença para emissoras de rádio comunitárias, FM ou AM na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), até que os senadores se certifiquem de que a documentação enviada pelo Ministério das Comunicações não contém irregularidades.

A decisão foi tomada pelo presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), após a aprovação de requerimento de Aloysio Nunes (PSDB-SP) para realização de audiência pública sobre denúncia, feita pelo jornal Folha de S.Paulo, de utilização de empresas "laranjas" para compra de concessões de rádio e TV nas licitações públicas. A data da audiência ainda não foi marcada.

Relator de dois dos 19 pro-

jetos de concessão de serviço de radiodifusão que estavam ontem na pauta da CCT, Aloysio Nunes disse não se sentir mais "à vontade" com a relatoria, já que "o próprio Ministério das Comunicações afirma não ter condições de fiscalizar os processos de outorga e de certificar a autenticidade dos atos".

– Corremos o risco de ter nossa assinatura e a do Congresso referendando um processo fraudulento – afirmou o senador.

A CCT também decidiu criar um grupo de trabalho, com Aloysio Nunes, Walter Pinheiro (PT-BA) e Valdir Raupp (PMDB-RO) para, em 15 dias, apresentar uma proposta com critérios para as votações de outorgas de serviços de radiodifusão na comissão.

Marco legal da internet e banda larga serão debatidos na CCT

O conteúdo e a forma da proposta de marco legal da internet, em elaboração pelo governo federal, serão discutidos na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A realização do debate foi aprovada ontem pela comissão.

Autor da proposição, o senador Eduardo Braga (PMDB-AM) lembra que a proposta está em elaboração no Ministério das Comunicações desde 2009.

– É dever do Congresso Nacional, e em especial desta comissão, organizar e liderar esse importante debate, para que tenhamos um instrumento normativo moderno e compatível com os princípios constitucionais que regem as relações sociais em nosso país – explicou Braga.

Também foi aprovada a realização de debate sobre a situação do Plano Nacional de Banda Larga no país e as deficiências

de atendimento na transmissão de dados via internet, com ênfase na região Norte. Segundo o requerimento, os especialistas convidados também deverão abordar o subsídio, as subvenções e demais políticas públicas destinadas aos fornecedores desse serviço.

Segundo Ângela Portela (PT-RR), autora do requerimento, a audiência é importante, pois, "atualmente, viver sem internet é desconectar-se do mundo", e essa é a situação de algumas regiões, entre elas a Norte, "onde praticamente inexistente conexão com banda larga".

Outros debates agendados reunirão especialistas para avaliar a gestão e a efetividade dos mecanismos de financiamento das atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil e para identificar os fatores limitantes do sistema de proteção da propriedade intelectual e da atividade inovadora no país.

Candidatura avulsa em pleito municipal passa em comissão

Na reunião de ontem, senadores da Comissão de Reforma Eleitoral também decidiram pela manutenção das regras sobre filiação partidária e domicílio

A COMISSÃO DE Reforma Política apresentará para exame dos demais senadores proposta que aprovou ontem permitindo o registro de candidatos sem vínculo partidário em eleições para prefeito e vereador.

Para que a candidatura avulsa obtenha registro na Justiça Eleitoral, deverá contar com o apoio de pelo menos 10% dos eleitores do município. Autor da proposta, o senador Itamar Franco (PPS-MG) não previa regra para garantir a representatividade do candidato sem vínculo partidário; no entanto, acolheu sugestão de Roberto Requião (PMDB-PR) e Pedro

Taques (PDT-MT), incluindo a exigência.

Pedro Taques chegou a defender candidaturas sem vínculo partidário para todos os cargos, mas, ao final, aceitou a argumentação de que a possibilidade apenas para disputas municipais permitiria vivenciar a regra e amadurecer sua aplicação posterior a eleições estaduais e federais.

A comissão também decidiu ontem a manutenção das regras atuais sobre filiação partidária e domicílio eleitoral. A legislação em vigor exige que o candidato esteja morando na circunscrição por, pelo menos,

um ano antes do pleito e esteja com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

Os senadores do colegiado decidiram ainda recomendar a edição de lei mantendo o entendimento do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral sobre a adoção de cláusula de desempenho. Conforme as regras vigentes, para ter funcionamento parlamentar, o partido deve ter no mínimo três representantes, de diferentes estados, na Câmara dos Deputados. A lei sugerida pela comissão também deve manter as normas atuais sobre propaganda partidária.



Autor da proposta, Itamar Franco (C) acata sugestão de que candidato avulso deva ter apoio de 10% do eleitorado

Senadores mantêm fidelidade partidária

Em rápida votação, a Comissão de Reforma Política manteve a regra em vigor sobre fidelidade partidária. Atualmente, o político eleito que mudar de partido perderá o mandato, exceto em caso de incorporação ou fusão da legenda, criação de novo partido, desvio do programa partidário e grave discriminação pessoal. A regra é definida pela Resolução 22.610/07 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), confirmada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Proposta para definir uma lei flexibilizando essa regra de fidelidade partidária a partir das eleições de 2014 não chegou a ser debatida.

– Exceto o PMDB, ninguém mais queria janela partidária.

Então, devem ser mantidas as regras que o TSE estabeleceu e que são excelentes. Quem alegar, para sair [do partido], perseguição política, mudança estatutária ou outra coisa, tem de comprovar judicialmente – disse Demóstenes Torres (DEM-GO).

Os senadores votaram ainda duas outras propostas. A primeira, de Jorge Viana (PT-AC), recomenda a definição de um limite de gastos para as campanhas eleitorais e foi aprovada. Os senadores, no entanto, não trataram da fixação desse limite. A outra sugestão, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), permitia a união de agremiações para formar uma federação de partidos e foi rejeitada.

Para Pedro Taques (PDT-MT), Eduardo Braga (PMDB-AM), Demóstenes Torres e Roberto Requião (PMDB-PR), acolher a proposta seria uma contradição, uma vez que a comissão já aprovou o fim das coligações partidárias.

Jorge Viana, Wellington Dias (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) argumentaram que a federação de partidos pressupõe uma unidade programática e uma duração de, no mínimo, três anos. Para eles, a proposta não se confundiria com a manutenção das coligações – que valem apenas para as eleições e objetivam melhorar a classificação das legendas em disputas por vagas na Câmara dos Deputados.



Aloysio Campos da Paz autografa exemplar para José Sarney: memórias

Fundador da Rede Sarah de Hospitais lança livro no Senado

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem do lançamento do livro *Percorrendo memórias*, de Aloysio Campos da Paz Júnior. O autor é fundador e diretor da Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação.

– Aloysio é uma lenda do Brasil. É um cientista e um sacerdote da Medicina – afirmou Sarney.

O livro resgata memórias do autor em textos e fotografias e lembra passagens desde a

infância, no Rio de Janeiro, até sua formação como médico. A juventude, a ligação com a música e a Rede Sarah também têm destaque no livro, que, como diz, "retrata a vivência de minha geração e contém esperanças e realizações".

Aloysio Campos da Paz Júnior é médico, com mais de 50 anos de experiência na profissão, mas tem estreita relação com as artes. É articulista, escritor e músico.

Mulheres pedem a Sarney maior participação

Acompanhado das senadoras Marta Suplicy (PT-SP), Ana Rita (PT-ES) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), um grupo de empresárias, advogadas e procuradoras reivindicou ontem o apoio do presidente do Senado, José Sarney, para incluir a ampliação da participação feminina no debate da reforma política.

Sarney apoiou a reivindicação e mencionou o exemplo da Costa Rica, país que adotou o sistema de lista fechada com alternância de gênero. No sistema de lista fechada, o eleitor não vota num candidato específico, mas no partido, que já tem uma relação de candidatos escolhidos, em ordem de prioridade.

Kátia oficializa saída do DEM e ingresso no PSD

A senadora Kátia Abreu (TO) anunciou ontem em Plenário a sua saída do DEM e ingresso no Partido Social Democrático (PSD), nova legenda do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Entre os motivos alegados pela parlamentar, está a falta de fidelidade do DEM ao seu programa. A mudança já havia sido anunciada em entrevista na última terça-feira.

Na opinião de Kátia Abreu, é preciso que se inicie um novo ciclo na política brasileira, em que se dê conteúdo doutrinário à democracia e que os políticos expressem convicções e sejam cobrados pela fidelidade a elas e não a cargos, interesses ou partidos.

Audiência pública conjunta da CAS e da CDH quer explicações para os altos índices de mortalidade registrados em projetos do Programa de Aceleração do Crescimento

Lupi virá debater segurança de operários nas obras do PAC

O MINISTRO DO Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, será convidado a participar de audiência pública conjunta nas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para discutir as condições de segurança dos trabalhadores nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O debate foi proposto por Ana Amélia (PP-RS) e Cyro Miranda (PSDB-GO). A senadora informou que a taxa de mortalidade nas obras do programa é de 19,79 para cada 100 mil empregados, considerada muito alta, "pois são obras tocadas por grandes construtoras, com tec-

nologia suficiente para proteger os operários".

Além do ministro, serão convidados o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Paulo Safady Simão; o chefe do Departamento de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro, Ítalo Fortes Avena; o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Artur Henrique da Silva Santos; o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva; e o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada, Luiz Fernando Santos Reis.

O presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT), informou que o ministro da Previdência

Social, Garibaldi Alves Filho, participará no próximo dia 27 de uma audiência pública na comissão, para apresentar as prioridades da pasta e debater o futuro do sistema previdenciário.

Médicos

Projeto da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) que inclui novas penas a serem aplicáveis pelos conselhos regionais de medicina a médicos envolvidos em processos disciplinares (PLS 437/07) será enviado para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O envio foi solicitado pelo relator na CAS, senador Waldemir Moka (PMDB-MS).



Jayme Campos (E) sugere a vinda do ministro Garibaldi Alves Filho à CAS para debater futuro do sistema previdenciário

Maldaner quer acesso direto de cooperativas ao FAT



Maldaner: apoio a projeto

Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem, em Plenário, que os parlamentares deem prioridade à proposta (PLS 40/11) de Ana Amélia (PP-RS) que estende o acesso direto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) às cooperativas de crédito. O senador defendeu emenda para

conceder o acesso também a bancos de fomento regionais. O fundo, vinculado ao Ministério do Trabalho, é gerido por comissão tripartite do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat).

– O caminho para o desenvolvimento econômico e social brasileiro passa essencialmente pela estruturação e pelo crescimento das economias regionais, com formulação de políticas públicas que respeitem suas peculiaridades e atendam suas demandas. O fortalecimento dos bancos de fomento é vital para este processo – argumentou.

Mário Couto vê excesso de gastos no governo federal



Mário Couto

Citando reportagens sobre o aumento dos gastos do governo federal com cartões corporativos, Mário Couto (PSDB-PA) disse que a presidente Dilma Rousseff "pouco se interessa" em cortar gastos públicos que "criam dificuldades para a dona de casa e ofendem os brasileiros".

O senador relatou que as despesas com cartões aumentaram 64% e os gastos sigilosos da Presidência somaram quase R\$ 2 milhões apenas em janeiro e fevereiro. Ele também citou reportagem do *Correio Braziliense* sobre as despesas correntes do governo, que chegaram a R\$ 144,8 bilhões no primeiro trimestre de 2011, R\$ 8,2 bilhões a mais que em igual período do ano passado.

– Pensei que ela iria realmente cumprir a palavra. Mas as palavras da presidente não foram verdadeiras – disse o senador.

Walter Pinheiro nega descontrole inflacionário

Walter Pinheiro (PT-BA) criticou o PSDB, que, segundo notícias veiculadas na imprensa, planejava usar a propaganda eleitoral partidária, a ser veiculada em maio, para denunciar um suposto descontrole inflacionário.

O senador disse que os fundamentos da economia brasileira são sólidos e citou dois fatos recentes como evidência disso: a elevação do grau de confiança do Brasil pela agência Fitch Ratings e a divulgação de

pesquisa CNI/Ibope indicando que 56% dos brasileiros consideram o governo da presidente Dilma bom ou ótimo – índice melhor do que o do ex-presidente Lula no início do seu primeiro mandato (51%).

Walter Pinheiro aprovou as ações do Banco Central e da equipe econômica



Pinheiro: dados favoráveis

e mencionou elogios da imprensa internacional à atuação da presidente. afirmou, entretanto, que o país não vive isolado e por isso absorve também parte das adversidades do exterior, como a alta dos preços dos alimentos e do petróleo, puxada pelos conflitos no Oriente Médio e na África.

Humberto Costa destaca Dia Mundial da Saúde

O Dia Mundial da Saúde, comemorado em 7 de abril, deve ser uma oportunidade para "reflexão sobre os problemas e as possíveis soluções para a saúde no Brasil", afirmou o senador Humberto Costa (PT-PE). Apesar dos avanços já obtidos, disse, o Sistema Único de Saúde (SUS), criado para universalizar os serviços, enfrenta limitações e problemas que colocam o tema no topo das preocupações do cidadão brasileiro.

Para Humberto Costa, ainda há grandes desafios no processo de universalização da saúde, como a falta de médicos, a má distribuição desses profissionais pelo país e as falhas de gestão. É preciso um controle de gestão eficiente e a definição de fontes de recursos perenes para a saúde.

– Assim, vai ser possível que o SUS cumpra seu papel de prestar serviço universal e de qualidade à população brasileira – afirmou.

O líder do PT destacou ainda o Programa Saúde da Família (PSF), voltado para o atendimento de demandas básicas e que pode solucionar até



Senador faz balanço da política de universalização da saúde no país

90% dos problemas de saúde em uma comunidade, reduzindo a pressão sobre a rede pública.

O senador também citou a Rede Cegonha, programa federal que presta cuidados primários à mulher gestante e à criança. O Ministério da Saúde, assinalou, vai investir, até 2014, mais de R\$ 9 bilhões na criação e estruturação da rede.

– O programa Rede Cegonha vai atender todo o Brasil, mas o foco inicial serão a região amazônica e o Nordeste – informou, citando ainda outras ações de universalização da saúde pública, como as campanhas de vacinação, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), o Brasil Sorridente, o Farmácia Popular e o Saúde não Tem Preço.

Paim critica planos e defende SUS

O senador Paulo Paim (PT-RS) criticou ontem o sistema de planos de saúde adotado no Brasil e defendeu o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). Para ele, a saúde no país ganharia muito se houvesse um aumento do investimento público na prevenção de doenças, como se dá, por exemplo, no modelo de atendimento adotado pelo Programa Saúde da Família (PSF), mantido com recursos públicos.

O senador assinalou que enquanto o PSF atende mais de 95 milhões, o sistema de planos privados não contribui de maneira adequada para desonerar o SUS, visto que as tecnologias de alto custo como transplantes, hemodiálise e medicamentos excepcionais são ofertas praticamente exclusivas da rede pública.

De acordo com Paim, a renúncia fiscal de R\$ 10 bilhões, que o governo federal fez em 2010 em benefício dos planos de saúde, representou metade do total de recursos repassados ao PSF.

O senador, que preside a CDH, indagou se a solução não estaria no fortalecimento do SUS.

– A arrogância dos planos de saúde se sustenta na fragilidade do poder público em atender as necessidades sanitárias gerais dos brasileiros – disse.



Mozarildo lembrou que médico recebe em média R\$ 39,65 por consulta

Mozarildo apoia médicos contra baixa remuneração

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou ontem os baixos valores pagos pelos planos e seguros de saúde. De acordo com o parlamentar, um médico recebe, em média, R\$ 39,65 por consulta.

– Isso não é a diária de um pedreiro – afirmou o senador, que é médico e também criticou os serviços prestados pelos planos de saúde, que não cobrem vários exames e procedimentos.

Ele considerou "muito oportuno" que os médicos façam hoje, Dia Mundial da Saúde, uma paralisação dos atendimentos de planos.

Mozarildo disse que os planos de saúde existem em função do lucro, o que motiva constantes aumentos nas mensalidades. Ele acrescentou que o Sistema Único de Saúde (SUS) "já faliu e precisa ser reformado" e que os planos de saúde "merecem uma profunda análise e investigação" pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

– Não é possível brincar com o dom mais importante que a pessoa tem, que é a sua saúde – afirmou o parlamentar.

De acordo com projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, a infiltração policial dependerá de autorização judicial a pedido da polícia ou do Ministério Público e a investigação terá o prazo de até 720 dias

Combate à pedofilia na internet poderá contar com infiltração de policiais

EM REFORÇO AO combate à pedofilia, o Brasil poderá contar com o recurso da infiltração de agentes policiais na internet. É o que prevê projeto (PLS 100/10) da CPI da Pedofilia aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto visa prevenir e reprimir o chamado *internet grooming* – expressão inglesa que define o processo pelo qual o pedófilo, protegido pelo anonimato, seleciona e aborda pela rede as potenciais vítimas, crianças ou adolescentes. A infiltração será sempre precedida de autorização judicial a pedido da polícia ou do Ministério Público, para investigações por até 720 dias.

Ao defender o projeto, o relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), esclareceu que a legislação ainda não trata de investigação de pedofilia por meio de infiltração de policiais na internet. Devido a isso, os juizes ainda estariam sendo “parcimoniosos” ao autorizar os pedidos. No entanto, acrescentou, esse método de inves-

tigação já seria comum em diversos países.

Demóstenes chamou ainda a atenção para o potencial desse tipo de investigação para intimidar os pedófilos em sua disposição para o crime pela internet. Se a lei for aprovada, observou, será criado “um ambiente de dúvida e insegurança para os pedófilos”, já que do outro lado da conexão na rede podem existir policiais agindo com um aparato garantido pelo Estado.

– A conclusão em todo o mundo é de que esse tipo de infiltração é eficaz porque o pedófilo saberá que não está lidando apenas com crianças,

mas com policiais infiltrados – reforçou.

Garantias

Demóstenes salientou que, no projeto, há garantias contra a vulgarização do método da infiltração. O pedido do delegado de polícia ou do Ministério Público precisa justificar a necessidade da medida, além de informar quem será investigado, pelo nome ou o apelido usado na rede. Além disso, a infiltração só será autorizada se não for possível obter a prova por outros meios. Os agentes podem ser também responsabilizados por eventuais excessos.

– A operação tem que ser

absolutamente sigilosa, para evitar resultado invertido e expor pessoas que não tenham nada a ver – acrescentou.

O projeto, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi elogiado por diversos senadores. Por sugestão de Pedro Taques (PDT-MT), o prazo total de investigação por meio de infiltração foi ampliado para até 720 dias.

Magno Malta (PR-ES), que presidiu a CPI da Pedofilia, destacou a natureza transnacional do crime pela internet.

– Por isso, com essa lei a ser aprovada, estamos protegendo crianças do mundo inteiro – comentou.

Suplicy registra absolvição de líder social

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem a absolvição do líder do Movimento de Moradia no Centro, Luiz Gonzaga da Silva, conhecido como Gegê, acusado de envolvimento em um assassinato, em 2002, ao dar carona a um homicida que morava em um acampamento sob a coordenação do movimento.

Suplicy contou que no julgamento, que terminou ontem em São Paulo, o promotor pediu a absolvição de Gegê após ter ouvido as testemunhas e o próprio acusado. Muitos parlamentares, entre eles Suplicy, líderes e militantes de movimentos sociais compareceram ao julgamento.



Eduardo Suplicy

Moreira Maritz/Senado Federal

João Pedro celebra polos de pesca no AM

João Pedro (PT-AM) comemorou o anúncio feito, na semana passada, pela ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, da criação de quatro polos pesqueiros no Amazonas. De acordo com João Pedro, os futuros polos em Tabatinga, Manacapuru, Parintins e Barcelos vão promover grandes melhorias na economia da região em pouco tempo.

– Não tenho dúvida que o setor pesqueiro, bem gerenciado, com assistência técnica, crédito, apoio da pesquisa e da ciência vai dar grande contribuição para resolver questões localizadas estaduais e regionais – disse o parlamentar.



João Pedro

José Cruz/Senado Federal

Flexa teme conflito entre índios e colonos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) pediu à presidente Dilma Rousseff e ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, solução para o impasse entre colonos e índios da área de Apitereua, em São Félix do Xingu (PA). De acordo com o parlamentar, a área foi “homologada indevidamente” pelo presidente Lula em 2007. Flexa Ribeiro informou que a área reserva 733 mil hectares para 141 índios, enquanto 2,5 mil famílias, levadas pelo Incra, estão sendo desalojadas. Ele pediu que os colonos sejam indenizados, caso contrário poderá haver derramamento de sangue, afirmou.



Flexa Ribeiro

Moreira Maritz/Senado Federal



José Cruz/Senado Federal

Senadores na reunião da CCJ: projeto sobre pedofilia cria “ambiente de insegurança” para os pedófilos, afirma o relator, Demóstenes Torres

CCJ rejeita nova separação entre estupro e atentado ao pudor

Foi rejeitado projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que pretendia reintroduzir no Código Penal a separação entre os crimes de estupro e atentado violento ao pudor.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania considerou a proposta (PLS 126/10) prejudicada, acompanhando parecer do relator Demóstenes Torres (DEM-GO), baseado no argumento de que o Superior

Tribunal de Justiça (STJ) já está convencido de que a junção dos dois crimes no tipo penal de estupro (feita pela Lei 2.015/09, que alterou o Código Penal) não livra o criminoso de ser punido duplamente. Em 18 de junho de 2009, o tribunal entendeu que atentado violento ao pudor e estupro são crimes múltiplos e não continuados.

– Portanto, dependendo da atuação do criminoso, há o so-

matório das penas por dois crimes reunidos em um tipo penal só – explicou Demóstenes.

Crivella aceitou o parecer, mas demonstrou preocupação de que mudanças futuras na composição do STJ possam alterar o entendimento do tribunal sobre o assunto.

Em seu ponto de vista, o retorno à caracterização independente dos dois crimes no Código Penal poderia afastar o

risco de um juiz determinar uma pena menor a um criminoso que tenha praticado os dois delitos pelo fato de estarem fundidos em um único tipo penal.

Pedro Taques (PDT-MT) disse acreditar que a avaliação do STJ sobre a matéria já é suficiente para pacificar a jurisprudência na área. Ponderou ainda que mudanças frequentes em uma lei podem atrapalhar a compreensão do juiz.

Sugestões poderão ser feitas a outros Poderes

A CCJ aprovou ontem a criação de uma nova espécie de proposição, destinada ao envio formal de sugestões ao Executivo ou ao Judiciário. Intitulada “Indicação”, servirá para que se peça a adoção de providências, ato administrativo ou de gestão. Esse será ainda o instrumento para pedido de envio de projeto de lei sobre assunto de iniciativa exclusiva daqueles Poderes.

O projeto de resolução (PRS 74/09), que modifica o Regimento Interno, foi apresentado pelo então senador Jefferson Praia (PDT-AM) – que havia dado o título de “moção” ao novo tipo de proposição. O relator, Raulo Rodrigues (PSOL-AP), mudou o texto e tornou mais clara a natureza e a forma de tramitação da nova espécie. Tanto senadores quanto comissões vão poder apresentar propostas de “Indicação”.

Vai a Plenário nova regra para licitação

Alegando riscos de aumento de burocracia e ineficácia no combate à corrupção em contratos públicos, a CCJ contrariou voto favorável do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), e rejeitou ontem o PLS 218/20, que prevê o exame de editais de licitação pela advocacia pública. A decisão final, porém, será do Plenário.

O projeto obriga que as minutas de editais de licitação, contratos e congêneres sejam analisados pelas advocacias jurídicas públicas dos municípios, estados e União. Hoje, a lei manda apenas que sejam submetidos à assessoria jurídica do governo. Alterações nos contratos também teriam que ser submetidas à mesma aprovação.

Cinco novos debates vão ser agendados

Foi aprovado ontem pela CCJ requerimento do senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) propondo debate sobre o papel dos meios de comunicação no combate ao narcotráfico e à disseminação de drogas entre crianças e adolescentes. Serão convidados a secretária nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte, e o presidente executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg.

Outros debates aprovados vão tratar da atualização da legislação comercial, das normas de planejamento e controle dos gastos relativos à Copa de 2014 e aos Jogos Olímpicos de 2016, da exploração de cassinos em hotéis da Amazônia e do Pantanal e do aumento dos juizes federais nos tribunais regionais eleitorais.

Objetivo dos empreendimentos é interligar rodovias, ferrovias e hidrovias, informou o representante do Ministério dos Transportes, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Governo planeja implantar sete corredores de transporte no país

O GOVERNO FEDERAL planeja estabelecer sete corredores de transporte no Brasil com a interligação de rodovias, ferrovias e hidrovias. O anúncio foi feito ontem pelo secretário de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, Miguel Masella, em audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) presidida pelo senador Benedito de Lira (PP-AL).

Esses corredores são os de Solimões-Amazonas-Madeira, Tocantins, Tapajós, Paraguai, São Francisco, Paraná-Tietê e Mercosul. Todas as ligações estão sendo planejadas este ano, conforme

disse Miguel Masella, que considerou o corredor do Mercosul o mais adiantado.

Conforme estudos do ministério, o corredor do Mercosul deverá ligar Santa Vitória do Palmar, no Rio Grande do Sul, a Estrela do Sul, em Minas Gerais. Já o corredor Solimões-Amazonas-Madeira poderá interligar rodovias e cabotagem em longo curso entre Porto Velho e Macapá.

As rodovias e cabotagem de longo curso entre Manaus e Macapá serão ligadas pelo corredor Tapajós, enquanto o Tocantins poderá promover ligações intermodais entre Imperatriz (MA) e

Belém. A ideia é ampliar o alcance da ligação que já está sendo feita da Transnordestina entre as cidades de Eliseu Martins (PI) e Estreito (MA).

Já o corredor São Francisco fará a interligação de várias rodovias e cabotagem em longo

curso entre Pirapora (MG) e Juazeiro (BA). O Paraná-Tietê deve fazer a interligação dos vários modais de transportes entre Foz do Iguaçu (PR) e São Simão (GO). Por fim, o corredor Paraguai poderá ligar Porto Murtinho (MS) a Cáceres (MT).



Miguel Masella, Fernando Fialho, Benedito de Lira, Leal Ferreira e José Adilson

Corredores e principais cidades atendidas



Esportistas são maioria das vítimas de acidentes

O diretor de Portos e Costas da Marinha, vice-almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, cobrou dos municípios a regulamentação da presença nas praias de embarcações de lazer como *jet ski* e *banana boat*. A cobrança foi feita durante a audiência na CDR.

Ferreira observou que existem regras de navegação que impõem ao condutor o trânsito em baixa velocidade nas proximidades das praias, mas certas particularidades – como a proibição de trânsito de *jet ski* e *banana boat* em praias de grande aglomeração de pessoas – cabem às prefeituras.

– Se as providências forem adotadas, não haverá tanto

acidente. Não podemos ficar satisfeitos com o que vemos – afirmou.

O caso mais célebre de acidente próximo à costa é o que vitimou o iatista brasileiro Lars Grael, em 1998. Ele competia numa regata em Vitória, quando uma lancha invadiu a área do torneio e bateu no barco em que estava o esportista. O iatista teve a perna direita decepada pela hélice da embarcação, pilotada pelo empresário Carlos Guilherme de Abreu e Lima, condenado depois a pagar indenização e pensão ao esportista. Grael é ganhador de duas medalhas de bronze olímpicas, uma em Seul e outra em Atlanta.

Segundo o vice-almirante,

os praticantes de pesca e de outros esportes são a maioria dos mortos e desaparecidos em acidentes marítimos e fluviais no Brasil. De um total de 277 ocorrências registradas no ano passado, 153 relacionam-se a pessoas que estavam nessas atividades.

Ana Amélia (PP-RS) se disse impressionada com o alto índice de acidentes nas atividades de lazer e pesca. O diretor de Portos e Costas reconheceu que grande parte dos desastres envolvendo pequenas embarcações poderia ser evitada, embora tenha dito que os números não são tão elevados em comparação com os de vítimas fatais de trânsito rodoviário.

R\$ 740 milhões para reformar sete portos até a Copa

Estão sendo investidos R\$ 740,7 milhões em sete portos, com vistas à preparação para a Copa de 2014, anunciou, na CDR, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Fernando Fialho.

As obras nos portos de Manaus (R\$ 89,4 milhões), Fortaleza (R\$ 105,9 milhões), Natal (R\$ 53,7 milhões), Recife (R\$ 21,8 milhões), Salvador (R\$ 36 milhões), Rio de Janeiro (R\$ 314 milhões) e Santos (R\$ 119,9 milhões) visam melhorar a infraestrutura receptiva. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamentou atraso nas obras em Manaus.

Desapropriação de carro dirigido por embriagado

Projeto que permite a desapropriação de veículo apreendido três vezes com motorista dirigindo embriagado, do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi retirado de pauta por pedido de vista coletiva na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), considerou a proposta (PLS 331/08) inconstitucional e votou pela rejeição, mas sugeriu “salvar o mérito” com a apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para incluir essa entre as hipóteses de desapropriação de bem particular pelo poder público.

Cristovam considerou o parecer do relator “respeitoso”, mas sustentou que um carro nas mãos de um motorista embriagado não pode ser visto como um meio de transporte, e sim como uma arma.

A tese de inconstitucionalidade também foi defendida por Demóstenes Torres (DEM-GO), que reforçou sugestão de Pedro Taques (PDT-MT) para que o assunto seja tratado em projeto de lei alterando o Código Penal.



Randolfe condena militares por celebrarem o 31 de março

Randolfe propõe voto de censura ao Clube Militar

O senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) propôs voto de censura ao Clube Militar do Rio de Janeiro por ter celebrado a passagem de 31 de março, data do golpe militar de 1964. Randolfe ressaltou a importância de o governo instalar a Comissão da Verdade, para investigar a morte de 479 pessoas que teriam sido assassinadas, das quais 143 permanecem desaparecidas.

– Não pode haver eufemismos, houve um massacre de brasileiros, na quebra da ordem democrática – assinalou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Grazziotin • Blairo Maggi • João Pedro • Eduardo Amorim

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

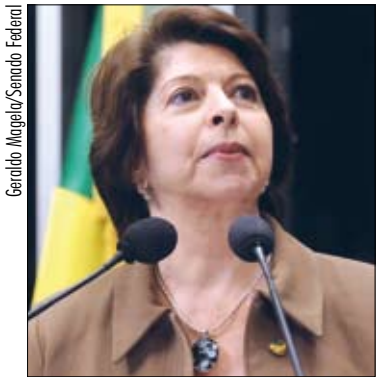
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Marisa Serrano: direito constitucional não é assegurado a todos os cidadãos

Marisa diz que é preciso garantir acesso de todos

Marisa Serrano (PSDB-MS) ressaltou o papel do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), do qual é a representante do Senado, e da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura. As duas entidades, explicou, buscam soluções, elaboram políticas e propõem e votam projetos que possam ajudar a cultura a chegar a todos.

A senadora disse que, embora a Constituição garanta a todos os brasileiros direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, infelizmente essa não é a realidade do país.

Marisa Serrano citou números de pesquisas indicando que o povo brasileiro não consome cultura: apenas 13% vão ao cinema somente uma vez ao ano, mais de 92% nunca foram a um museu ou exposição, e 78% dos pesquisados nunca assistiram a um espetáculo de dança. Além disso, 73% dos livros estão concentrados nas mãos de apenas 16% da população.

Ela ressaltou a necessidade de investir em cultura e educação para a formação da cidadania do povo.

– Não dá para dissociar cultura de educação. O cidadão só é de primeiro mundo quando tem os dois – disse.

Artista alemão expõe dez obras no Senado

A exposição *Paisagens*, do artista plástico alemão Felix Rehfeld, foi aberta ontem no Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima. A mostra faz parte do programa Arte e Liberdade, promovido pelo Instituto Plano Cultural, e foi organizada pela Comissão Especial Curadora de Artes Plásticas do Senado. As obras estarão em exposição até o dia 29 deste mês e poderão ser visitadas das 9h às 18h.

São dez pinturas a óleo sobre tela que retratam montanhas – tema preferido do artista nascido em Hadamar, na Alemanha. Rehfeld utilizou a técnica de sobreposição de cores em espessas camadas de tinta, que dá relevo à obra para aparentar uma escultura. A tela *Morgenberg* (Montanha da Manhã-Luz) está exposta no espaço Ivandro Cunha Lima. As demais estão no Senado Galeria, em frente.

O programa Arte e Liberdade tem o objetivo de apresentar artistas alemães que cresceram depois da reunificação da Alemanha e das mudanças políticas na Europa oriental.

Na Comissão de Educação, a ministra da Cultura admite concentração da oferta cultural no Sudeste, mas afirma que projetos em tramitação e a serem enviados ao Congresso podem gerar uma verdadeira “revolução cultural”

Senadores pedem a Ana de Hollanda descentralização da cultura

OS INTEGRANTES DA Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) foram quase unânimes ao pedir à ministra da Cultura, Ana de Hollanda, a descentralização da cultura no país. Após apresentar um pedido de ação conjunta com os parlamentares na aprovação de novas leis de incentivo à cultura, a ministra admitiu que a oferta cultural ainda está muito concentrada no Sudeste.

– Estamos trabalhando no sentido de equilibrar isso, mas ainda falta muito – admitiu Ana de Hollanda, ao lembrar que o Fundo Nacional de Cultura, por meio do qual se poderá promover maior descentralização dos recursos destinados ao setor, ganhará mais força após a aprovação do projeto que estabelece o Procultura e atualiza a Lei Rouanet.

Em sua exposição aos senadores, a ministra disse que será possível promover uma “verdadeira revolução cultural” por meio da aprovação de propostas que estão ou que chegarão ao Congresso nos próximos meses. Dois exemplos seriam o projeto de lei (PL 5.798/09) que cria o



Os senadores Marínor Brito (E), Humberto Costa e Inácio Arruda debatem política cultural com a ministra da área

vale-cultura, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, e proposta de emenda à Constituição (PEC 150/03), igualmente na Câmara, que estabelece uma destinação mínima de recursos públicos à cultura pela União, estados e municípios.

Ao comentar essa proposta, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que solicitou a audiência, afirmou que “não será batalha

pequena” garantir para o setor pelo menos 2% do Orçamento da União.

O presidente da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR), defendeu a criação de novos espaços públicos para a cultura, como bibliotecas e cinemas. Já Marisa Serrano (PSDB-MS), que copresidiu a reunião, ressaltou a defesa feita pelos senadores de maiores esforços em direção à

descentralização da cultura.

– Isso é natural em um país tão grande e diversificado como o nosso – disse. A preocupação com a descentralização da cultura foi manifestada ainda pelos senadores Marínor Brito (PSOL-PA), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Garibaldi Alves (PMDB-RN), Ângela Portela (PT-RR), Ana Rita (PT-ES) e Lídice da Mata (PSB-BA).

Vale e Procultura são prioridades da pasta, afirma ministra

A aprovação do vale-cultura e de mudanças na Lei Rouanet são as prioridades do Ministério da Cultura (MinC) no Congresso Nacional, informou ontem a ministra Ana de Hollanda, na cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura.

O projeto do vale-cultura prevê que trabalhadores que recebem até cinco salários mínimos terão direito a um valor mensal de R\$ 50 para comprar livros, CDs e DVDs, ou para assistir a filmes, peças de teatro e espetáculos de dança.

Aprovada pelo Senado em 16 de dezembro de 2009, a proposta (PLC 221/09 no Senado e PL 5.798/09 na Câmara dos Deputados) aguarda a deliberação dos deputados.

Já o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, conhecido como Procultura, aguarda votação na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara, na forma do PL 6.722/10, proposto pelo Ministério da



Ministra Ana de Hollanda fala durante a cerimônia de lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura

Cultura.

O programa tem como finalidade mobilizar e aplicar recursos para apoiar projetos culturais e deverá substituir a Lei Rouanet, implementada em 23 de dezembro de 1991 (Lei 8.313/91). Na preparação do projeto que aguarda votação

na Câmara, o MinC reuniu mais de 2 mil contribuições, resultado de consulta pública, e a esse projeto foram reunidas seis outras propostas da Câmara que tratam de incentivos à cultura.

Para o vice-presidente da frente parlamentar, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o

grupo deve fazer com que “a alma do povo” receba a mesma importância que os temas econômicos.

– País rico é o país com cultura. Não há projeto econômico sólido sem ciência, tecnologia e mesmo sem o prazer que a cultura traz – afirmou Cristovam.

Proposta vai a consulta pública

O projeto de revisão da Lei 9.610/98 deve voltar a consulta pública brevemente, informou a ministra Ana de Hollanda. Ela explicou que, além da lei de direitos autorais, o novo programa de fomento e incentivo, o Procultura – possível substituto da Lei Rouanet –, deverá ser objeto de muitos debates no

Congresso este ano.

A ministra acredita que uma nova legislação deve contemplar, inclusive, a possibilidade de pagamento de direitos autorais pela internet. Ana de Hollanda afirmou que a questão dos direitos autorais é estratégica para quem cria, e que a versão anterior do projeto gerou insegurança.

Projeto anterior limita direito autoral

Principais pontos do projeto anterior:

– Impõe limitações aos direitos autorais, permitindo o uso gratuito de obras protegidas para fins educacionais.

– Estende as limitações aos direitos autorais para adequar os direitos dos proprietários intelectuais aos interesses dos outros membros da sociedade

de terem acesso à cultura.

– Na prática, autoriza a fotocópia de livro para uso educacional.

– Organiza a remuneração coletiva para autores de obras audiovisuais.

– Mantém a figura do Ecad e reconhece seu papel na gestão de direitos dos autores e titulares de direitos autorais.

Aécio Neves, em sua estreia na tribuna: oposição deve ter coragem, responsabilidade e ética para atuar



Fotos de Lira de Paulo/Senado Federal

Petistas saem em defesa dos oito anos de Lula

O líder do PT, senador Humberto Costa (PE), e a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) sublinharam, em apartes a Aécio, diferenças entre os governos do PSDB e do PT, especialmente quanto à condução das crises internacionais, à geração de empregos e à mobilidade social.

– Vossa Excelência, numa figura de retórica que eu reputo como bonita, disse que, sempre que o PT foi chamado a escolher entre o Brasil e o PT, o PT ficou com o PT. Acho que essa frase seria mais bem construída se nós fizéssemos o debate não entre o Brasil e o PT, mas sobre que Brasil é o Brasil do PT e que Brasil é o Brasil do PSDB – disse Humberto Costa.

Gleisi Hoffmann qualificou como “elegante” o discurso de Aécio e disse não ter problemas em reconhecer avanços do governo de Fernando Henrique, como a continuidade do Plano Real e a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas afirmou que algumas questões, como a das privatizações, não foram contempladas no discurso.

Aécio foi apartado ainda por Eduardo Braga (PMDB-AM), Marta Suplicy (PT-SP), Marinor Brito (PSOL-PA), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lindbergh Farias (PT-RJ), Jorge Viana (PT-AC), Wellington Dias (PT-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Benedito de Lira (PP-AL) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Senadores apontam capacidade de diálogo e liderança

O discurso de Aécio Neves foi saudado por apartes em que foi enfatizada a importância da sua capacidade de diálogo. Líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR) disse buscar a convergência entre governo e oposição e ressaltou o papel desta na construção de soluções para o país.

Vários senadores manifestaram o desejo de que Aécio lidere a oposição, como Itamar Franco (PPS-MG), para quem “até agora, nós não ordenamos a oposição”. Outros, como Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), acreditam que ele pode “revalorizar a política”.

Já José Agripino (DEM-RN), elogiou Aécio por não buscar o confronto. Marisa Serrano (PSDB-MS) avaliou que Aécio mostrou “a linha divisória” entre oposição e governo. Um “discurso de estadista”, resumiu Demóstenes Torres (DEM-GO).

Também apartaram Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Clésio Andrade (PR-MG), Mário Couto (PSDB-PA), Pedro Taques (PDT-MT) Antonio Carlos Ana Amélia (PP-RS), Francisco Dornelles (PP-RJ), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Aníbal Diniz (PT-AC), Blairo Maggi (PR-MT), Armando Monteiro (PTB-PE), Waldemir Moka (PMDB-MS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Cícero Lucena (PSDB-PB), Ivo Cassol (PP-RO), Jayme Campos (DEM-MT).

Discurso de Aécio sobre papel da oposição gera debate com governistas

Senador e ex-governador mineiro recebeu dezenas de apartes ao apresentar aquele que considera ser o papel da oposição ao governo Dilma Rousseff e criticar petistas por não reconhecerem realizações tucanas

O SENADOR AÉCIO Neves (PSDB-MG) definiu ontem na tribuna o que ele considera ser o papel da oposição no governo da presidente Dilma Rousseff. Diante de um Plenário cheio, Aécio destacou conquistas de governos anteriores e enfatizou a importância da política para o entendimento das diversas correntes de pensamento brasileiras.

Após o discurso, assistido pelo candidato do PSDB derrotado nas últimas eleições presidenciais, José Serra, Aécio recebeu apartes de vários parlamentares (veja as reportagens à direita).

Foi o primeiro pronunciamento do senador na condição de liderança oposicionista. Antes, Aécio havia discursado em sessão de homenagem a Mário Covas.

O senador lembrou sua experiência legislativa – quatro vezes deputado federal – e como governador de Minas Gerais, nos últimos oito anos, para dizer que é “homem do diálogo, que não foge às suas responsabilidades e convicções”.

Ele disse que, “ao contrário do que alguns nos querem fazer crer, o país não nasceu ontem”, mas é fruto “dos erros e acertos de várias gerações de brasileiros, de diferentes governos e líderes e também de diversas circunstâncias históricas e econômicas”.

– Não chegamos até aqui percorrendo os mesmos caminhos. Não podemos e não devemos nos esquecer das grandes diferenças que marcam a visão de país das forças políticas presentes na vida nacional das últimas décadas – afirmou.

O senador traçou um paralelo entre o PSDB e o PT. Referindo-se ao seu grupo na primeira pessoa do plural, contrapondo, do outro lado, “os nossos adversários”, lembrou que seu grupo apoiou a eleição de Tancredino Neves no colégio eleitoral em 1985; apoiou o governo de José Sarney no processo de consolidação da democracia; e apoiou Itamar Franco no lançamento do Plano Real, enquanto repetia: “os nossos adversários, não”.

Lamentou que “os nossos adversários” tenham chegado “ao extremo” de ir à Justiça contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, instituída no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Também disse que o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional (Proer) foi cercado por “incompreensões e ataques cerceados dos nossos adversários”, que o utilizaram para superar a crise de 2009.

Aécio Neves também defendeu as privatizações efetuadas no governo Fernando Henrique, citando a democratização do acesso à telefonia celular como talvez o melhor exemplo do acerto das “medidas corajosamente tomadas”.

O ex-governador reconheceu os avanços do governo Lula, citando como principal deles “a manutenção dos fundamentos da política econômica implantada nos governos anteriores”. Disse também que “o adensamento e a ampliação das políticas sociais foram fundamentais para que o Brasil avançasse mais”.

Aécio enfatizou que o governo de Dilma Rousseff é a continuidade do governo Lula. Para Aécio, o que se vê é “o continuísmo das graves contradições dos últimos anos”:

– O Brasil cor-de-rosa, vendido competentemente pela propaganda política apoiada por farta e difusa propaganda oficial, não se confirma na realidade – disse o senador, .

Aécio afirmou que o desajuste fiscal, “tantas vezes por nós denunciado, exige agora um ajuste de grande monta que penalizará investimentos anunciados com pompa e circunstância”. O senador

Aécio diz que governo Dilma é o “continuísmo das graves contradições dos últimos anos”

Humberto Costa disse que PSDB precisa ter a “humildade” de admitir conquistas do PT

